



PCMG deflagra operação Efeito Colateral em Governador Valadares

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) deflagrou, nesta sexta-feira (13/8), a operação Efeito Colateral, em Governador Valadares, na região do Rio Doce, com o objetivo de cumprir dois mandados de busca e apreensão contra dois homens, de 31 e 52 anos. De acordo com as investigações, o primeiro estaria confeccionando e vendendo atestados falsificados, enquanto o outro é investigado pela venda e uso de receitas médicas, também falsas.

Segundo a delegada Juliana Fiúza, que conduz a apuração do caso, as investigações tiveram início no mês de maio deste ano. “Alguns médicos estiveram na delegacia para denunciar que alguém estaria vendendo e usando atestados que eles não haviam emitido. Da mesma maneira, outros médicos afirmaram que pessoas estariam adquirindo remédios com receitas falsas, com a utilização de carimbos e de assinaturas que não eram deles”, afirma.

Ainda de acordo com a delegada, foram identificadas as pessoas que teriam comprado esses documentos falsos, sendo possível, inclusive, que a operação tenha uma segunda fase, em virtude da possibilidade de haver outros envolvidos. “Não há, por enquanto, informação de que há um conluio, mas a Polícia Civil trabalha nessa perspectiva de apurar se eles estão agindo em conjunto, configurando uma formação de quadrilha”, finalizou.

Durante o cumprimento dos mandados, foi localizado o carimbo que seria de uma das vítimas, farta documentação de atestados em branco e receituários, inclusive vários atestados carimbados com a identificação e assinatura dos médicos. Além desse material, foram apreendidas diversas caixas de remédios controlados, celulares e um notebook.

O nome da ação faz alusão aos efeitos colaterais causados pelo uso indevido de atestados médicos, receituários, medicamentos controlados utilizados sem acompanhamento médico, bem como da intervenção policial e os "efeitos colaterais" advindos da ação dos criminosos.

As investigações prosseguem junto à Delegacia Especializada em Falsificações e Defraudações. Até o momento, não houve prisões.